

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. S1D00077

V A S S E M B L E I A G E R A L

D O

C O N S E L H O I N D I G E N I S T A M I S S I O N A R I O / C I M I

I T A I C I , 2 5 - 2 9 D E J U L H O D E 1 9 8 3

* A C A M I N H A D A D O S O N Z E A N O S D O C I M I *

A CAMINHADA DOS ONZE ANOS DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI

* Relatório para a V Assembléia Geral *

- I. Introdução: antecedentes e contexto
 1. América Latina
 2. Brasil
- II. O Cimi até sua I Assembléia Nacional: 1972-1975
 1. Estruturação
 - a) Fundação e objetivos
 - b) Organização
 2. Atuação
 - a) junto ao Estado
 - b) junto aos Povos Indígenas
 - c) junto à Igreja
 - d) junto à Sociedade Nacional
- III. Uma pastoral profética organiza sua ação libertadora: 1975-1983
 1. Reflexão: Linhas de Ação
 - a) Terra
 - b) Autodeterminação
 - c) Cultura e encarnação
 - d) Pastoral de conjunto, específica e continental
 - e) Evangelização e conscientização
 2. Práxis: denúncia, martírio, anúncio e articulação da luta
 - 2.1 Os agentes
 - a) Povos Indígenas
 - b) Missionários
 - c) Sociedade Nacional
 - 2.2 Os poderes
 - a) O Legislativo
 - b) O Executivo
 - c) O Judiciário
 - 2.3 As instituições e estruturas
 - a) CNBB, Missões e Igreja Local
 - b) Entidades indigenistas e a UNI
 - c) Articulação das alianças
- IV. Perspectivas: pela autodeterminação da América Índia

I. Introdução: antecedentes e contexto

1. América Latina

O Concílio Vaticano II (1962-65) e a II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), não tematizaram propriamente a "questão indígena". Trataram, sim, da "liberdade religiosa" e da "libertação dos povos", respectivamente. João XXIII, na sua encíclica sobre A Paz dos Povos, já tinha qualificado a "descolonização" como um "sinal do tempo", que marca nossa época. Isso foi o suficiente para levantar uma série de questionamentos em torno da prática missionária junto aos povos indígenas. Não caberia também aos povos indígenas a liberdade religiosa, a libertação de todas as formas de colonialismo, e a autodeterminação? Neste espírito de uma releitura histórica do trabalho missionário, de autocrítica e replanejamento, realizaram-se vários encontros missionários na América Latina, com ênfase particular sobre uma nova orientação da pastoral indigenista. Na série destas reuniões, destacam-se as seguintes:

- O Primeiro Encontro Latino-Americano de Missões, em Melgar (Colômbia), que reuniu, em abril de 1968, sessenta pessoas, entre missionários, bispos, antropólogos e sociólogos;
- O Encontro Episcopal de San Antonio de Los Altos, Venezuela, convocado pelo Departamento de Missões do CELAM, em setembro de 1969;
- O Encontro Missionário de Xicoteppec, no México, em janeiro de 1970;
- O Primeiro Encontro Pastoral de Missões na Amazônia, que reuniu em Iquitos (Peru), em março de 1971, missionários de Colômbia, Equador, Venezuela, Peru e Bolívia;
- O Encontro Ecumênico de Assunção, em março de 1972, com representantes de nove países, já respondendo à "Declaração de Barbados" (1971), onde antropólogos de renome internacional propuseram uma moratória da atividade missionária, inclusive para "preservar a integridade moral das próprias Igrejas".

O documento final do Encontro de Assunção reconhece que "nossas Igrejas, mais de uma vez, têm sido coniventes ou instrumentalizadas por ideologias e práticas opressoras do homem". Mas erros históricos não anulam a razão de ser da Igreja, que tem a missão de "descobrir a presença de Deus Salvador em todo povo e cultura". Por fim, os missionários se comprometem em Assunção a abrir espaço para a participação dos próprios índios na pastoral que visa uma "libertação integralmente humana e profundamente cristã".

2. Brasil

Questionamentos pós-conciliares surgiram também nas diversas regiões missionárias do Brasil. O Secretariado Nacional de Atividades Missionárias (SNAM) da CNBB teve um papel importante na articulação dos encontros missionários da época.

Em outubro de 1967, realizou-se, em Brasília, o Encontro de Pastoral da Desobriga. Os missionários e índios presentes ao encontro mostraram uma certa insatisfação com essa pastoral de assistência religiosa.

Em fevereiro de 1968, no bairro do Morumbi, em São Paulo, o SNAM organizou um encontro missionário que traçou linhas comuns de uma pastoral missionária. Os participantes propuseram à Nunciatura Apostólica a criação de Prelazias Pessoais junto aos índios, possibilidade também prevista no novo Código de Direito Canônico (Cân.294-297). Essa proposta foi, mais tarde, rejeitada pelos próprios missionários, porque isolaria a questão indígena do contexto global da pastoral.

Em 1969, nasce a Operação Anchieta (Opan), no Sul do País, que prepara e envia voluntários leigos para o Norte, especialmente para áreas indígenas. O grupo passa progressivamente de um trabalho mais assistencialista para um trabalho de conscientização e organização das populações indígenas.

Em janeiro de 1970, o SNAM promove um novo encontro de missionários em São Paulo, no bairro de Santo Amaro, onde os participantes propuseram a realização de um curso. Este curso para missionários realizou-se, no mesmo ano, em Campo Grande.

Em fevereiro de 1970, no Instituto Anthropos, em Brasília, realizou-se o II Encontro de Estudos para missionários. Palestrantes do encontro foram os antropólogos Egon Schaden e Herbert Baldus, e os padres Vicente César, Jaime Venturelli, Frederico Dattler (biblista), Edênio Reis Vale (psicólogo) e Antônio Iasi Junior. As conclusões do encontro são as seguintes:

"Os missionários reafirmam a posição assumida de preparar as populações indígenas para uma integração harmoniosa na Sociedade Nacional.

"De acordo com os princípios de ecumenismo do Concílio Vaticano II, desejam os missionários manter amplo diálogo cristão e colaboração no campo de assistência ao índio, com as demais religiões que trabalham na área, com a aprovação da Funai.

"Reconhecendo a importância da preparação para o trabalho missionário, deve-se promover, cada vez mais, os cursos intensivos regionais de formação antropológica, linguística, sanitária e demais matérias afins."

Em relação à imprensa, os participantes do encontro advertem os missionários no sentido de que, "ao prestar informações, atenham-se aos fatos comprovados, evitando os de gosto da imprensa sensacionalista". José de Queirós Campos, presidente da Funai, exorta os missionários, na sua palestra de abertura, a que "garantam primeiro a sobrevivência física dos índios" para, em seguida, pensar "na salvação de sua alma".

Projetos desenvolvimentistas (Transamazônica) começaram a incentivar a cobiça nacional e internacional pela Amazônia. Em 1971, realizou-se no Rio de Janeiro um Encontro sobre a Pastoral da Amazônia.

Estes encontros foram uma oportunidade para animar os missionários e refletir as suas preocupações, que se resumiam no seguinte:

- isolamento dos missionários em razão das grandes distâncias e da falta de meios de comunicação;
- desatualização em relação à pastoral indigenista, por falta de uma formação teológica e antropológica permanente;
- poucos procuraram aprender a língua do povo indígena com o qual trabalhavam. Transferências abruptas desestimulavam, muitas vezes, maiores esforços de inculturação. Obras desenvolvimentistas nas mãos dos missionários tomavam conta do seu tempo;
- tensões entre o bispo local e o superior religioso. O bispo, muitas vezes, não era consultado sobre transferências dos padres ou irmãs. A consequência era pouca continuidade no trabalho;
- dependência econômica dos prelados, tanto do Governo como do estrangeiro; as Prelazias, às vezes, eram enclaves estrangeiros;
- a falta de padres fez que os ordinários voltassem a atenção da sua pastoral à população majoritária e não aos índios;
- nem os pastores, nem os fiéis tinham consciência que os povos indígenas precisavam de um esforço específico dentro de uma pastoral de conjunto;
- os grandes projetos desenvolvimentistas surtiam efeitos negativos aos povos indígenas.

II. O Cimi até sua I Assembléia Nacional: 1972-1975

1. Estruturação

a) Fundação e objetivos

Em abril de 1972, a CNBB convocou alguns missionários e bispos para o "Terceiro Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista", na sede do Instituto Anthropos, em Brasília. Particularmente D. Ivo Lorscheiter, que já era secretário-geral da CNBB, estava preocupado com a tramitação de um Projeto Lei (nº 2.328), desde 1970 na Câmara dos Deputados, e que dispunha sobre o Estatuto do Índio. Na CNBB, pensou-se numa assessoria especializada sobre o assunto e ligada às bases missionárias. Havia ainda outras preocupações: as denúncias de Barbados I (janeiro 1971), a insatisfação dos missionários com a pastoral junto aos índios, as denúncias sobre matanças de índios. Em 1969, apareceram denúncias no exterior sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos sobre tortura de índios. Em 1970, veio ao País uma comissão da Cruz Vermelha para investigar os casos mencionados. Em maio de 1970, 32 preladados da Amazônia declararam as denúncias exageradas, manifestando seu apoio à política indigenista do Governo. A construção da Transamazônica começa a projetar suas sombras sobre 29 povos indígenas. A "pacificação" dos Cinta-Larga ocupa, desde 1969, as manchetes dos jornais. O próprio presidente da Funai, José de Queirós Campos, declara a situação dos Karajá "calamitosa" (30-5-70).

Nesse encontro de abril, com a presença de D. Ivo, concretizou-se a proposta de uma coordenação e assessoria nacional da atividade missionária junto aos índios, na forma de um Conselho Indigenista Missionário, integrado por missionários e bispos. Este Conselho estaria oficiosamente ligado à CNBB, "com o fim de ser o centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios no território nacional. Será finalidade deste Conselho promover a pastoral missionária, dar assistência jurídica aos missionários, promover sua formação teológica e antropológica, criar o espírito missionário na população brasileira, cuidar de certos aspectos financeiros das Prelazias no campo indígena, promover, neste mesmo campo, seu relacionamento com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente com a Fundação Nacional do Índio - Funai - e dos missionários entre si... "Isso é o que reza a primeira ata, escrita por D. Geraldo de Proença Sigaud, a 23 de abril de 1972, e assinada por outros 25 participantes, entre eles os bispos Ivo Lorscheiter, Henrique Froehlich (então recém-nomeado bispo de Diamantino-MT), Luís Gomes de Arruda (Guajará-Mirim),

Eurico Krautler (recém-nomeado bispo de Altamira-PA), Pedro Casaldáliga (São Félix-MT), Tomás Balduino (Goiás-GO), Estêvão Cardoso de Avelar (Marabá-PA). Foi o nascimento do Cimi, dez anos depois do início do Vaticano II e três anos antes de "Evangelii Nuntiandi".

Os participantes do primeiro encontro ainda elegeram sete membros como "primeiros componentes" do Cimi, todos religiosos: Pe. Ângelo Jaime Venturelli, salesiano (presidente); Pe. José Vicente César, do Verbo Divino (secretário); Pe. Adalberto Holanda Pereira, jesuíta; Pe. Casimiro Beksta, salesiano; Ir. Sílvia Wewering, das Servas do Espírito Santo; Pe. Thomaz de Aquino Lisboa, jesuíta; e D. Tomás Balduino Ortiz, dominicano. Nesta reunião constitutiva do Cimi, já se marcou uma primeira reunião dos conselheiros, que deveria realizar-se em Campo Grande, a 19 de maio, para elaborar Estatutos ou Regimento Interno, redigir um Diretório Indígena, preparar um ante-projeto do Estatuto do índio e manifestar solidariedade a D. Pedro Casaldáliga e ao Pe. Francisco Jentel. O Cimi começa com uma estrutura bastante clerical e com preocupações de uma pastoral introvertida.

b) Organização

Além dos assuntos já previstos no encontro constitutivo de Brasília, a primeira reunião, em Campo Grande, de 19 a 23 de maio, decidiu que se fizessem reuniões de três em três meses; planejassem cursos de reciclagem missionária; publicasse um "Boletim do Cimi". Para a atualização dos missionários, haveria quatro locais de referência, com biblioteca, revistas e jornais: em Brasília, o Instituto Anthropos, com Vicente César; em Manaus, o Cenesc, com Casimiro Beksta; em Cuiabá, a Missão Anchieta, com Thomaz Lisboa; e em Campo Grande, a sede dos salesianos, com Ângelo Venturelli. Com esta proposta, o Cimi já está caminhando para a sua posterior regionalização.

As reuniões do Conselho, entre 1972 e 75, se caracterizaram por uma grande mobilidade geográfica, para conquistar o apoio das diferentes "zonas de influência" e para organizar a presença nos Regionais. Os Conselheiros se reuniram em Cuiabá, Meruri, Manaus, Miracema do Norte, Diamantino e, várias vezes também, em Brasília - ou na CNBB ou no Instituto Anthropos. A partir da quarta reunião, a 30 de junho de 1973, foi criado o Secretariado Executivo, com Egydio Schwade em tempo integral.

Com a renúncia do presidente do Cimi, Pe. Ângelo Venturelli, por motivos ideológicos, abriu-se uma vaga para Rodolfo Lunkenbein (15-11-73), missionário salesiano entre os Bororo, e, três anos mais tarde, primeiro mártir do Cimi. Pe. Vicente César assume neste momento a presidência e D. Tomás Balduino a vice-presidência do Cimi.

Com a saída do Pe. Casimiro Beksta, em maio de 1974, o salesiano José Dalla Valle e o índio Eugênio Rondon (Bororo) se tornam conselheiros. Nesta constelação, com conselheiros-peritos não escolhidos pelas bases missionárias, o Cimi chega à sua primeira Assembléia Nacional.

2. Atuação

a) junto ao Estado

O Cimi já nasceu tarde para influenciar decisivamente o texto do Estatuto do Índio. A Emenda nº 30, do senador Franco Montoro, deu ao Parágrafo Único do art. 2, que facultava às entidades religiosas e científicas o direito de prestar serviços assistenciais aos índios, a redação final que acabou por ser aprovada pelo Congresso Nacional:

"As missões religiosas, filantrópicas e científicas poderão prestar ao índio e às populações indígenas serviços de diversas naturezas, respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente".

Sobre este artigo e também sobre o § 2º do Art. 18 e ainda o Art. 64 e seu parágrafo único, recaiu o veto do presidente Médici - mais tarde, a 4 de abril de 1974, confirmada pela maioria maciça de senadores e deputados da Arena. Apenas oito parlamentares ficaram contra os vetos.

Com o pressuposto da competência exclusiva do Estado para prestar serviços assistenciais ao índio, se lançam as sementes para posteriores conflitos entre Estado e sociedade civil, entre Funai e Cimi. Como o extinto SPI, também não terá os quadros humanos para prestar tais serviços com exclusividade. No decorrer dos anos, o órgão tutor abriu mão, de fato, da sua exclusividade, onde as Missões se encaixaram na sua leitura integracionista do Estatuto do Índio.

Na época, o já terceiro presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, procura, por um lado, abraçar o Cimi. Vicente César viaja com o gal. Ismarth à Prelazia do Rio Negro. Thomaz Lisbôa, o responsável pelas relações Cimi-Funai, recebe a medalha de Mérito Indigenista da Funai.

Por outro lado, o mesmo presidente da Funai procura dividir a Igreja, no Seminário Funai-Missões, em Manaus, em abril de 1975. Ismarth declara à imprensa que não reconhece o Cimi como interlocutor da Igreja e pressiona missionários, mediante promessas de verbas, para se desligarem do Cimi. Das Missões exigem-se convênios. O Cimi pede cautela e adverte para a pretendida instrumentalização da Igreja com a finalidade de subjugar os índios.

política

A posição do Cimi foi se clareando, na medida em que se tornaram patentes as verdadeiras intenções da política indigenista do Governo: integrar o índio com ou - onde não fôr possível - sem as Missões, à sociedade nacional. A integração dispensaria a demarcação das terras.

b) junto aos Povos Indígenas

O envolvimento com o Estatuto do Índio, o veto presidencial e as denúncias nos jornais revelaram um certo desconhecimento da realidade indígena em âmbito nacional. O Cimi convidou as bases a fornecerem relatórios sobre a situação dos índios e a atuação das Igrejas locais junto a eles. Em 1974, o Cimi constituiu equipes volantes para fazer levantamentos da situação real dos povos indígenas no Brasil.

A partir de sugestões das bases, o Cimi começa a apoiar Assembléias de líderes indígenas. A primeira foi organizada pela Missão Anchieta em Utiariti/MT (17-19 de abril de 1974); a segunda, entre os Munduruku, na Missão Cururu, de 8 a 14 de maio de 1975. Nestas Assembléias, índios de diferentes nações, que, historicamente, nunca cruzaram seus caminhos, se reconheceram como vítimas do mesmo sistema de dominação, criaram consciência e levantaram a sua voz. Da tomada de consciência até a organização da luta propriamente indígena ainda será um longo caminho.

c) junto à Igreja

No País inteiro foram realizados cursos de formação missionária e apoiados encontros de pastoral indigenista. Houve áreas missionárias, que às vezes até desconheciam a existência de índios nas suas circunscrições, onde o Cimi não encontrou logo portas abertas. Percebeu-se que a causa indígena mexe, por causa da terra, na estrutura do sistema. Abruptas mudanças entre os conselheiros refletem um pouco a luta pela linha do Cimi. No grito pela terra - vindo dos quatro cantos do País - descobriu-se a questão central para a sobrevivência dos índios. Na visão integral dos povos indígenas, a terra é não somente um dado econômico; é um dado sócio-cultural, histórico e teológico. A questão da terra está presente em todas as reuniões do Conselho. Ela ajuda o Cimi a passar de preocupações mais internas à Igreja - por exemplo, do muito discutido "Diretório Indígena" - para as preocupações mais substantivas e pastorais da sobrevivência e da vida em plenitude dos povos indígenas.

Ao trabalho da pastoral indigenista, que, por condicionamento histórico, era mais clerical, progressivamente se integraram os leigos, muitos deles ligados à Operação Anchieta (Opan).

d) junto à Sociedade Nacional

Na época da censura, o Cimi foi, muitas vezes, a voz dos sem voz, através das suas denúncias sobre arbitrariedades contra os índios. A questão indígena figurava, em parte, como símbolo de uma libertação mais ampla e como válvula de escape para setores da sociedade nacional que não puderam expressar-se através da imprensa, sujeita às regras do jogo do AI-5.

O documento-denúncia "Y-Juca-Pirema; o índio: aquele que deve morrer", embora não sendo um documento oficial do Cimi, era-na mesma semana em que o Estatuto do Índio seja publicado no Diário Oficial-uma resposta, de bispos e missionários ligados ao Cimi, diante da política indigenista do governo. "Nada faremos em colaboração com aqueles que visam 'atrair', 'pacificar' e 'acalmar' os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas", declara o documento. E continua: "Nosso trabalho não será 'civilizar' os índios". Ao lado da denúncia figura o anúncio: "Chegou o momento de anunciar, na esperança, que, aquele que deveria morrer, é aquele que deve viver".

Nestes primeiros três anos do Cimi, já estão presentes muitos elementos que, mais tarde, darão, organizadamente, força e coerência à sua atuação.

III. Uma pastoral profética organiza sua ação libertadora:

1975-83

O profeta não é propriamente um catequista com uma doutrina já pronta. Ele é o inovador, aquele que critica a prática religiosa rotineira e denuncia a injustiça estrutural da sociedade. Ele é sujeito a erros e pecados. Entretanto, é "o enviado do Pai" com uma mensagem exigente para decifrar os enigmas do tempo presente e para construir o futuro como uma aproximação ao Reino. Neste sentido, a pastoral indigenista desenvolvida pelo Cimi poderá ser chamada de pastoral profética.

1. Reflexão: Linhas de Ação

Documentos que orientam a atuação da Igreja são sempre já resultado de uma práxis anterior, de uma avaliação e auto-crítica desta práxis e de uma projeção de um futuro melhor, que no Reino encontra sua plenitude.

A ideologia não surge de um vazio prático. Assim, também, os documentos oficiais das Assembléias de 75,77,79 e 81 devem ser lidos num contexto ideológico e prático da Igreja no Brasil e na América Latina, onde são fermentados e ancorados. As "Linhas de Ação" do Cimi não são uma invenção ou um monopólio do Brasil. São um patrimônio da América Latina. E não poderia ser diferente, já que a causa indígena não é uma causa regional ou nacional, mas sim, continental. O Documento de Assunção (1972), por exemplo, já elencava o que mais tarde se tornaria bandeira do Cimi: a defesa das terras indígenas, a autodeterminação. Em Assunção, os missionários pedem apoio das Igrejas para "a formação de organizações propriamente indígenas" e denunciam as "formas paternalistas" da pastoral em curso. O documento traz reflexões sérias sobre a encarnação, admite falhas das Igrejas, exige a denúncia concreta "de pessoas e instituições" e reivindica que os missionários, num espírito ecumênico, se dedicassem à "única missão de libertação".

O importante, porém, das Linhas de Ação traçadas nas Assembléias do Cimi é que não ficaram na "literatura". Foram assumidas por um organismo de Igreja que consegue progressivamente sensibilizar tanto as bases como os quadros institucionais da Igreja e mudar a sua prática. Além disso, o Cimi conseguiu colocar a questão indígena com toda a sua força política explosiva na pauta da nação numa época em que a voz da sociedade brasileira era sufocada. O Cimi recuperou também a credibilidade da Igreja junto aos povos indígenas, antropólogos e indigenistas, que, em Barbados, ainda declararam "que o melhor para as populações indígenas, e também para preservar a integridade moral das próprias igrejas, é acabar com toda atividade missionária" (1971).

a) Terra

Na primeira Assembléia Geral do Cimi, os missionários se comprometeram a "apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra". A Assembléia de 77 já vê a defesa da terra sob o ângulo da autodeterminação, quando promete "apoiar, com todos os meios ao nosso alcance, os povos indígenas que estão lutando pela demarcação, recuperação e garantia de suas terras. Defender também o direito que têm os índios de serem ouvidos nas demarcações, fazer do valer os seus critérios no traçado de limites".

b) Autodeterminação

Os participantes da Assembléia de 1975 se comprometem a "procurar, por todos os meios, devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. Reconhecer que, como pessoa e como povo, são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história". Por isso, é importante, declaram os missionários, "apojar, incentivar e possibilitar encontros de chefes e grupos tribais, e também a participação efetiva dos índios em nossos encontros de Pastoral Indigenista".

c) Cultura e encarnação

O Documento Final da II Assembléia de Cimi, de 1977, resume bem a ligação entre cultura e encarnação, quando diz: "O respeito efetivo à cultura só existe quando a Missão está numa linha de Encarnação. A linha tradicionalista ou linha desenvolvimentista implicam a descaracterização e repressão cultural".

Na encarnação, o missionário encontra Jesus, diz a Assembléia de 1979: Os povos indígenas são "a razão de nossa esperança" (1 Pdr 3,15), "nos quais não só encontramos 'as sementes do Verbo' (Ad Gentes 11), mas sim, o próprio Verbo que se fez carne na periferia do mundo. Esta encarnação do Jesus de Nazaré exige de nós uma nova qualidade de presença e escuta como alimento da nossa fé no Senhor ressuscitado, que precede os seus missionários em todos os lugares "até os confins do mundo". A encarnação não é mais vista como uma mera "condição formal" da evangelização, como se pudéssemos pregar sobre ela sem praticá-la. Ela é conteúdo da evangelização.

"Reconhecendo que há fórmulas gradativas de encarnação, aproveitem-se as brechas que as diversas circunstâncias - locais, estruturais e culturais - oferecem" (Assembléia, 1977).

d) Pastoral de conjunto, específica e continental

A Pastoral Indigenista deve - embora constituindo uma Pastoral específica - ser desenvolvida no conjunto das outras pastorais, das outras causas - e isso, num âmbito continental. Já a I Assembléia se compromete a "conduzir a Pastoral Indigenista em nosso País dentro da missão que a Igreja latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje, de exprimir e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos individualismos de Igrejas e

Congregações, e buscando conjuntamente a união e coordenação de todos os esforços por uma ação global libertadora".

"Dado o crescimento de consciência de globalidade latino-americana, e também a dimensão ecumênica da Evangelização, se torna necessário que os povos indígenas e o trabalho missionário se unam no âmbito de América Latina", reza a Assembléia de 1979.

e) Evangelização e conscientização

A Assembléia de 75 se compromete com a conscientização da própria Igreja, que deve refletir "sobre sua aliança com os poderosos", com a conscientização dos povos indígenas para que "conheçam e façam respeitar todos os seus direitos" e com a sociedade envolvente e o Governo, para que "caminhem para estruturas sociais mais justas e cristãs".

A III Assembléia, de 1979, vê a evangelização no contexto da "opção preferencial pelos pobres", de Puebla "Para nós, concretamente, isto significa uma opção pelos povos indígenas". Ainda na mesma ocasião os missionários insistem na "distinção clara entre Missão evangelizadora e proselitismo. Muitas vezes confundiu-se o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo com uma roupagem cultural desta mensagem: a civilização ocidental".

A Assembléia de 1981 enfoca a Evangelização numa perspectiva de educação: "Encaramos isso na perspectiva da luta pelo Reino de Deus. Este Reino é a Boa Nova, à qual nós todos consagramos nossas vidas". A defesa da terra e a autodeterminação também devem ser vistas sob o enfoque da Evangelização. Num contexto de espoliação e opressão, conter o opressor já é Boa Notícia.

Nestas linhas de ação evangelizadora, a Igreja pré-conciliar viu muitas vezes apenas uma "pastoral social". Falta-lhe a "evangelização explícita", querendo distinguir entre condições formais de Evangelização (encarnação), conteúdos sócio-políticos (terra, autodeterminação) e religiosos (Jesus Cristo). Uma pastoral libertadora, porém, não pode dividir escolasticamente o formal do conteúdo, nem o sócio-político do religioso, como se fosse possível anunciar a Boa Nova desligada da situação da terra, que, na visão integral dos povos indígenas, é um dado religioso. O Cimi nunca abriu mão de uma "evangelização explícita"; coloca-a, porém, num contexto de encarnação do missionário, de autodeterminação do índio e do diálogo religioso e cultural entre religiões e culturas diferentes.

2. Práxis: denúncia, martírio e organização da luta

Os diferentes níveis operacionais das Linhas de Ação encontram sua convergência num objetivo comum e prático, na libertação integral dos povos indígenas, da Igreja e de toda a sociedade. A terra e a autodeterminação dos índios não se conquistam apenas nas aldeias. Precisam também ser conquistadas diante do trono e do altar, nas escolas e nas sacristias, nas câmaras e nos tribunais, nas comunidades de base e nos sindicatos. A chamada pacificação dos índios pressupõe a "pacificação" da sociedade nacional. E a paz desta sociedade será uma obra da justiça (Is. 32,17). A pastoral indigenista, que na sua práxis diária acompanha as lutas e as esperanças dos povos indígenas, só terá êxito quando ela, ao mesmo tempo, se empenhar na conscientização e educação da sociedade nacional para uma prática da justiça, da paz e da solidariedade.

2.1 Os agentes

a) Os povos indígenas:

defesa da terra e autodeterminação

A política fundiária de concentração da propriedade da terra provocou, neste decênio, a invasão das terras indígenas tanto por parte dos latifundiários como por parte de posseiros, expulsos de suas terras pelas grandes empresas. O modelo de desenvolvimento, imposto à Nação a partir de 1964, mas já pré-delineado, em parte, no governo Kubitschek, traçou indiscriminadamente estradas sobre territórios indígenas, abriu garimpos, construiu hidrelétricas e incentivou projetos econômicos megalômanos, como o Programa Grande Carajás.

A política indigenista do Estado recebeu, em função do modelo de desenvolvimento, a incumbência de tornar o índio "inofensivo", de pacificá-lo e neutralizá-lo mediante contatos apressados, transferências, redelimitações de terras já demarcadas, arrendamentos, certidões negativas e a espoliação do patrimônio indígena. Tudo isso custou a vida de milhares de índios, mártires desconhecidos deste Continente, vítimas de uma integração compulsória na sociedade nacional. O integracídio é nova variante do etnocídio.

Alguns exemplos. No dia 25 de setembro de 1972, poucos meses depois do surgimento do Cimi, o presidente Médici inaugura os primeiros 1.254 km da Transamazônica (BR-230). Conforme o levantamento da Funai, habitavam a região que a Transamazônica deveria atravessar, 4.500 índios, em 29 grupos diferentes.

Hoje sabemos que eram cerca de 20.000. Com a Transamazônica, começa uma época de atrações apressadas e transferências contínuas dos Arara e Parakanã, que até hoje continuam. Em 1974, a Cooperativa Triticola de Ijuí (Cotrijuí) "compra", para um programa de colonização, 396.150 hectares na Transamazônica. A Funai deu luz verde para a compra, declarando não existirem índios na área. Era terra dos Arara. Estes matam, em 1976, três técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e atacam os Postos de Vigilância da Funai. Em 1982, um funcionário da Funai leva os Arara para um passeio a Altamira. Em consequência disso, morrem de gripe mais de 10% do grupo contatado. A Funai esconde a notícia quase dois meses. Em janeiro de 1983, a Funai anuncia "contatos amigáveis" com um grupo de 13 Arara. Nas quatro frentes de atração, a Funai convive hoje apenas com um grupo de 68 Arara. Curt Nimuendaju revela que, em 1853, o grupo contava ainda com 343 adultos.

Em 1971, o Decreto nº 68.989 do presidente Médici desmembra a parte norte do Parque Indígena do Xingu, já cortada pela BR-80. A Funai procura atrair os índios ao parque-resto e se retira do território desmembrado dos Txukahamãe. O grupo se divide. Em 1976, surgem conflitos com peões da Fazenda Agropexim. A 8 de agosto de 1980, os Txukahamãe, com outros índios do Parque do Xingu, matam 11 peões, que o capataz da fazenda São Luís tinha contratado para cortar madeira na terra dos índios.

A BR-364 ligou, em 1963, Cuiabá com Porto Velho, abrindo o nordeste do Mato Grosso para a colonização. As firmas de colonização recebem da Funai, a partir de 1968, certidões negativas, que declaram que na terra dos Nambikuara não há mais índios. Estes foram transferidos pela Funai, porém voltaram para sua terra. Entre 1968 e 1979, instalaram-se 22 grandes firmas em terras Nambikuara. No Natal de 1971, os Nambikuara do vale do Guaporé, marcados pela fome e pela doença, foram recolhidos por helicópteros. A nação se deu conta de uma "Biafra brasileira". Em 1982, com o dinheiro do Banco Mundial, o governo brasileiro começou a construção de uma variante da BR-364, que despedaça o resto das terras Nambikuara. Este povo, que o Marechal Rondon no começo do século ainda estimou em 20.000 pessoas, hoje conta apenas 650 indivíduos, 250 dos quais sobrevivem no Vale do Guaporé.

Apertados pelo cinturão civilizatório e sem zonas de refúgio, os índios estão progressivamente passando de uma defesa espontânea a uma defesa organizada. Um impulso importante para este salto qualitativo de uma defesa cada vez mais organizada foi dado pelas Assembléias de líderes indígenas, que o Cimi patrocinou desde 1974. Os índios começaram conjuntamente a perceber a situação dramática em que vivem.

Os discursos destas Assembléias são novos explicadores de um Brasil, que haverá de ser, um dia, mais do que a simples extensão do mercado internacional ou da filosofia iluminista, de um Brasil ameríndio anterior a Cabral e posterior a um Comte ou um Rondon. A consciência sofrida que começa a organizar-se em busca da sua auto-determinação questiona o paternalismo dos missionários e o liberalismo iluminado dos indigenistas e da inteligentzia, como também questiona a tutela dos governantes que procuram congelar a minoridade do índio.

Essa passagem de uma defesa espontânea para uma luta já articulada e organizada, nós assistimos na reconquista da terra dos Guarani e Kaingang de Rio das Cobras (PR), e Nonoai (RS), de onde os índios, no início de 1978, expulsaram os intrusos. Dez Assembléias de líderes indígenas, a nível nacional, já foram realizadas até esta data, duas das quais no Rio Grande do Sul, em Frederico Westphalen (outubro/75) e nas Ruínas de São Miguel (abril/77). No caso de Rio das Cobras, o missionário Egydio Schwade já vinha, desde 1969, denunciando a invasão da área indígena e o roubo de pinheiros, num relatório distribuído a todos os bispos do Estado do Paraná.

A Assembléia de Goiás Velho, em dezembro de 1978, era uma manifestação nacional dos índios exigindo a demarcação das suas terras. O prazo para essa demarcação, previsto pelo Estatuto do Índio, vencerá aqueles dias (19-12-78).

A 13a. Assembléia indígena, realizada na Ilha de São Pedro/Sergipe, em outubro de 1979, deu força à luta dos Xokó para a recuperação da sua ilha - contra a Justiça local - das mãos da poderosa família Brito.

Todas as Assembléias de líderes indígenas - além de marcar um salto na sua consciência - tiveram resultados práticos. A última destas Assembléias, que se realizou de 30 de abril a 2 de maio de 1983 na aldeia galibi de Kumarumã (AP), contando com representantes da UNI, mostrou a necessidade de as bases se organizarem a nível nacional. Mostrou ao mesmo tempo a necessidade de os representantes indígenas, a nível nacional, escutarem e trabalharem em estreita sintonia com as respectivas bases indígenas.

Na IV Assembléia Nacional do CIMI, em Cuiabá, os líderes indígenas presentes pediram que o CIMI promovesse cursos de capacitação para lideranças indígenas. Foram tomadas as primeiras providências neste sentido.

A defesa indígena, cada vez mais consciente e organizada, veja, por exemplo, a recente expulsão dos coronéis da Funai pelos Xavante - teve também seus mártires. Não são os de sempre, os anônimos dos quais não sabemos os números, nem os nomes.

Tombaram líderes indígenas em defesa dos seus povos. A 15 de julho de 1976, Simão Bororo caiu ao lado de Rodolfo Lunkenbein, no pátio da aldeia de Meruri. A 26 de dezembro de 1979, Ângelo Pereira Xavier, índio Pankararé de Brejo do Burgo, no norte da Bahia, é assassinado. A Funai procura explicar a sua morte como "rixa de parentes". A 29 de janeiro de 1980, Ângelo Kretã, líder Kaingang de Mangueirinha (PR), é emboscado, depois de ter recebido ameaças de morte. A Funai assume a explicação oficial do seu assassinato como "acidente automobilístico". Ultimamente, a atuação da Funai dividiu as lideranças indígenas entre si, o que causou mortes entre os Kaingang de Guarita e entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe da Bahia. "É preciso chamar pelo nome os massacres de homens e mulheres, seja qual for sua etnia, sua idade, e sua condição. É preciso chamar pelo nome a tortura (Celestino Lopes e os Kadiweu, por exemplo) e todas as formas de opressão e exploração do homem pelo homem, pelo Estado, de um povo por outro povo", disse João Paulo II na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz, a 7 de janeiro de 1980. A última vítima desta violência contra o índio é Alcides Maxakali, morto a golpe de facão, por um vaqueiro, dia 10 de julho último, quando regressava para sua aldeia, no nordeste de Minas.

b) Os missionários:

 cursos e encontros, expulsões e martírio

O Cimi procurou promover cursos em função de uma pastoral específica junto aos índios. Estes cursos eram balizados pelos objetivos de suas cinco Assembléias: defesa da terra, autodeterminação, valorização da cultura indígena e, onde era possível, encarnação nesta cultura; assistência social (saúde, educação) e cataquese, na medida em que os índios a desejavam. O conjunto destes objetivos dá o conteúdo para uma evangelização libertadora, para o anúncio de uma Boa Notícia.

Conforme a visão abrangente da Pastoral específica junto aos índios, os cursos de Pastoral Indigenista procuravam analisar a realidade de no contexto nacional e internacional. Além de pastoralistas, organizaram estes cursos antropólogos, sociólogos, historiadores, linguistas e educadores. Mais tarde, a partir de 1980, o Cimi organizou, além dos cursos integrados para iniciantes, cursos específicos no campo de linguística, educação, saúde, projetos econômicos. No setor de saúde, criou-se uma assessoria específica, coordenada pela Ir. Rosirane Nascimento, que procura resgatar os valores da medicina indígena e organizar atendimento e prevenção mais eficientes junto às populações indígenas.

Além dos cursos, houve encontros regionais de missionários, dedicados a troca de experiência e animação missionária. Em agosto de 1977, o Cimi organizou uma consulta com peritos em Catequese, Teologia e Pastoral, para aprofundar questões de teologia e praxis missionária. Em novembro de 1980, o Cimi - junto com a Pastoral Afro-brasileira - participou de um encontro da CNBB sobre Culturas e Evangelização.

Com os missionários de países vizinhos foram realizados dois encontros de intercâmbio. O primeiro, um Encontro Ecumênico dos países do Cone Sul, realizou-se em fevereiro de 1980, em São Paulo. O segundo, o Encontro Ecumênico Panamazônico de Pastoral Indigenista, em novembro de 1980, em Manaus, deu continuidade a um Encontro Pan-Amazônico, convocado pelo CELAM e a Linha 2 da CNBB, em junho de 1977.

Os missionários identificados com a Pastoral do Cimi, muitas vezes foram o alvo da arbitrariedade da política indigenista oficial que procurou isolá-los dentro da Igreja e jogar os índios contra eles. Ciclicamente, missionários do Cimi foram expulsos de áreas indígenas. Em 1981, missionários da Arquidiocese de João Pessoa foram expulsos da terra dos Potiguera, onde até hoje estão proibidos de voltar. Outros missionários foram expulsos, no mesmo ano, em maio, da terra dos Tupinikim, no Espírito Santo; foram expulsos do Acre, em julho; e do Pará e Amapá, em agosto do mesmo ano.

Os missionários do Cimi trazem onze anos de caminhada uma pesada experiência de perseguição e uma herança de sangue. Esta herança imprimiu à pastoral indigenista no Brasil o seu caráter profético e recuperou a credibilidade da Igreja junto aos povos indígenas. Não são mais só os índios que tombam ao lado de uma Igreja sempre sobrevivente. Pe. Rodolfo Lunkenbein, missionário entre os Bororo, desde 1973 Conselheiro do Cimi, é, a 15 de julho de 1976, assassinado em defesa da terra e do direito à vida da nação Bororo. João Bosco Burnier, missionário entre os Bakairí, é morto, a 11 de outubro de 1976, na delegacia de Ribeirão Bonito (MT) onde socorria mulheres torturadas pela polícia. No decorrer dos 11 anos, os missionários sentem cada vez mais o peso e a responsabilidade da encarnação prometida.

c) A sociedade nacional:

informação, documentação, conscientização

O Cimi procurou constantemente manter informada a opinião pública, por meio de notas e comunicados à grande imprensa, sobre fatos relacionados aos direitos dos povos indígenas. Procurou corrigir inverdades publicadas sobre os índios e estabelecer novos contatos com a imprensa alternativa e a "pequena imprensa", à qual foram envia

dos os comunicados e as notas do Secretariado e da Diretoria do Cimi. Diante de um relativo fechamento da grande imprensa, de alguns anos para cá, face à causa indígena, e também para manter as suas bases informadas, o Cimi criou, em 1978, em Manaus, um jornal alternativo em defesa da causa indígena, o PORANTIM, que, a partir de janeiro de 1982, passou a ser editado pelo secretariado Nacional do Cimi, em Brasília, substituindo o Boletim do Cimi.

Através da sua coleção de livros "Missão Aberta" (Ed. Loyola) e de outros livros publicados, o Cimi tem-se dirigido a um público especifico de indigenistas, historiadores e missionários.

O Cimi procura aperfeiçoar o seu setor de documentação, por meio de um microcomputador, afim de devolver da documentação arquivada aos próprios índios e fazer dela um instrumento em defesa da causa indígena.

Através da sua diretoria, o Cimi esteve presente em vários debates, mesas redondas, atos públicos, situações de conflito e encontros de Pastorais afins (CEBs; CPT, CIET, CPO, COMINA, CEHILA). Muitas vezes, como único organismo da Igreja, participou em encontros internacionais. Participou da Conferência Internacional das Organizações Não-Governamentais/ONG, organizado pelo Sub-Comitê sobre Racismo, no Palácio das Nações, Genebra (15-18/9/81); participou em Montreal, Canadá, do Congresso da Federação Internacional dos Direitos do Homem ("Romper o Silêncio"), 21-23/5/82; participou do II Congresso do Conselho Índio Sul-Americano (CISA), em Tiwanaku/La Paz, Bolívia (6-13/3/83). Vale observar que a convocação ao Congresso do CISA significa um voto de confiança, da parte dos povos indígenas das Américas, diante da atuação da Igreja, representada pelo Cimi.

Na Semana do Índio, o Cimi - conjuntamente com a CNBB - dirige não só à clientela interna da Igreja, mas à sociedade nacional, como um todo. Em textos dirigidos às comunidades eclesiais, à opinião pública e às redes escolares, o Cimi se propõe a educação desta sociedade para uma convivência solidária com os povos indígenas. As duas Semanas do Índio, realizadas em 1982 e 1983, sob os temas, respectivamente, "Paz e Terra para os povos indígenas" e "Terra sim - violência não" foram grandes campanhas de conscientização.

2.2 Os poderes

a) O Legislativo

Desde o tempo da tramitação do Estatuto do Índio no Congresso Nacional, a partir de 1970, o Legislativo deixou de ser-por causa da situação política global em que se encontrava o País - uma força expressiva diante da causa indígena.

O Congresso deixou de ser caixa de ressonância dos grandes problemas da Nação e instância efetiva para cobrar do Poder Executivo a aplicação da Lei.

As eleições de novembro de 1982, porém, permitiram às forças populares um espaço mais amplo. Assistimos a partir de então, a um revigoramento do Poder Legislativo. A eleição do Xavante, Mário Juru na, como deputado federal, representa, ao mesmo tempo, uma presença simbólica e uma força real da causa indígena no Congresso. Aproveitando a conquista deste novo espaço, o Cimi realizou, em 1983, na sua sede em Brasília, uma reunião com alguns parlamentares. Encontro com idêntica finalidade realizou-se também na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte. Os parlamentares se dispuseram em visitar áreas indígenas conflitivas, veicular a causa indígena nas diferentes comissões e secretarias e pediram ao Cimi para mantê-los sempre informados para eventuais pronunciamentos.

A reestruturação da Funai, projeto-de-lei do deputado Mário Juru na, que propõe substituir a direção do órgão tutor por um Conselho Indigenista e Indígena, encontrou muita simpatia dentro e fora do Congresso. É um passo certo em rumo da democratização e descolonização do órgão tutor.

b) O Executivo

Em épocas de atrofia do Poder Legislativo, o Executivo ocupa espaços indevidos. Isso aconteceu com a Funai, desde a sua criação, em dezembro de 1967, quando ela substituiu o antigo SPI. Dele herdou - no no dizer do seu primeiro presidente, José de Queirós Campos - os funcionários com direitos trabalhistas e vícios adquiridos. A Funai reflete a estrutura autoritária do Estado que a criou para integrar os índios à "comunidade nacional". Integração, porém, na leitura do sistema político atual, significa a passagem dos índios de uma faixa exterior ao sistema econômico vigente a uma faixa marginal dentro do sistema capitalista dependente.

Um passo dentro da lógica do sistema era o projeto de emancipação de Rangel Reis, ministro do Interior do general Geisel. O índio emancipado não teria mais direito à proteção específica, garantida pelo Estatuto do Índio. Em verdade, se tratava de um projeto para emancipar as terras indígenas. Estas deveriam, conforme a Lei 6.001, ser demarcadas até o final de 1978. Diante do repúdio geral da Nação e das entidades em defesa dos povos indígenas (Anai, SBPC, Comissões Pró-Índio, Cimi), o projeto foi, depois dois anos, em 1978, arquivado pelo então presidente Geisel.

A partir de 1979, a Funai procurou, mediante convênios com os governos dos Estados - sob o pretexto de descentralização - repartir e delegar sua responsabilidade para com os povos indígenas. Nos governos dos Estados, onde se concentra o lobby dos latifundiários, encontram-se os grandes inimigos dos índios. É a chamada estadualização, que repete a desastrosa experiência da "proteção ao índio", anterior à criação do SPI (1910).

Recentemente, já nos últimos meses da gestão do coronel Leal, a Funai perde a relativa autonomia para a demarcação das terras indígenas. Agora o Decreto nº 88.118, de 23-2-83 estabelece que essa competência é partilhada com representantes dos ministérios do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários e outros órgãos federais e estaduais. Futuramente, ainda menos terras indígenas serão demarcadas, e a Funai se tornará cada vez mais um barril de pólvora.

Nos anos 70, a Funai passou a incorporar aos seus quadros de diretores e assessores um número crescente de militares "quase todos despreparados para a função, preconceituosos e desinformados sobre os índios e indiferentes a seus direitos ou à sua sorte. Inaugurou-se, assim, a tradição funesta de confiar a direção e a execução da política indigenista da Funai a militares sem nenhuma aptidão, experiência prévia ou compromisso ético com as populações assistidas" (Carlos Moreira Neto). Alguns dos novos diretores militares têm um passado ativo de serviços à repressão, como os coronéis Zanoni Hausen, que participou do combate à guerrilha no Araguaia, e Roberto Guarany, que era do famigerado Parasar, na sua pior fase, de 1968, quando foi direcionado para a repressão aos opositores do regime.

Junto com a progressiva militarização da Funai, indigenistas e assessores antropólogos comprometidos com a causa dos índios, foram demitidos em massa. Os militares enxergaram no índio uma ameaça à segurança econômica, social e política do País. Quando o coronel Leal assumiu a presidência, houve praticamente uma intervenção do Conselho de Segurança Nacional na Funai, cujos diretores-chaves vieram dos serviços de segurança.

Expressão desta presença militar despreparada, repressiva e hostil ao índio, eram os "critérios sanguíneos de indianidade", do coronel Zanoni Hausen, diretor da AGESP. Através destes "critérios", a Funai pretendia diminuir a sua clientela. Depois da emancipação política do ministro Rangel Reis, viria agora a emancipação biológica do coronel Zanoni. O Cimi denunciou a existência destes critérios, no Dia do Índio de 1982, e entregou, alguns dias mais tarde um documento à imprensa, no qual Zanoni Hausen exigia a aplicação destes critérios aos índios Xakriabá, de Minas. A terra dos Xakriabá, por

sinal, é invadida pela fazenda da fábrica de cimento Cauê, a mesma fábrica que fez transações imobiliárias com o então presidente Nobre da Veiga.

Da nova gestão da Funai, que no início de julho empossou seu sétimo presidente, Otávio Lima, pouco se pode esperar. No seu primeiro dia de trabalho, o ex-superintendente do coronel Nobre da Veiga chamou a polícia para cercar o prédio da Funai, alegando "proteção do patrimônio". Zelar pelo patrimônio, hoje na Funai, não significa zelar pelos bens dos povos indígenas. Policiais como assessores, assistência em vez de demarcação das terras e a escolha do "pessoal de casa" que não tem mais muitas reservas de honestidade tudo isso já delinquia fatalmente o fracasso pessoal e estrutural da gestão Otávio Lima na presidência da Funai.

c) O Judiciário

Desde suas primeiras reuniões, em 1972, o Cimi pensava numa assessoria jurídica à causa indígena. De uns anos para cá, o poder judiciário se tornou um instrumento mais eficazmente explorado na defesa da causa indígena. O habeas corpus, que Mário Juruna conquistou, em novembro de 1980, para ir à Holanda ao Tribunal Russel, onde ia denunciar a política indigenista e o órgão tutor dos índios, mostrou uma progressiva independência dos poderes.

Só a partir de uma reunião de possíveis assessores jurídicos que se reuniram conjuntamente com os Conselheiros do Cimi, em 1981 em Vitória (ES), começou a se estruturar este campo. A partir de 1982, o secretariado nacional dispõe de um assessor jurídico, com meio período, liberado para a tarefa.

Em julho de 1982, o Cimi apresenta, no caso da Índia Kayabi que, depois de ter dado à luz trigêmeos, foi esterilizada, notícia-crime à Procuradoria Geral da Justiça do Distrito Federal, contra os médicos que fizeram a laqueadura tubária. O caso, que mais tarde foi arquivado, chamou a atenção da opinião pública e da própria categoria dos médicos, cujo sindicato apoiou a posição do Cimi.

O caso mais trágico destes últimos meses, foi a questão da transferência dos Pataxó-Hã-Hã-Hãe da sua terra documentada, no Sul da Bahia. O assessor jurídico do Cimi entrou, a pedido dos índios que não aceitaram a transferência, com um mandado de segurança contra o ato de transferência. Foi ganha a liminar. Embora sendo cassada cinco dias mais tarde, esse liminar motivou os índios a voltarem para a sua terra.

As próprias comunidades indígenas começaram, recentemente, a pedir proteção ao Poder Judiciário, onde conseguiram várias decisões a seu favor. Assim, por exemplo, os Guarani do rio Silveira, em São Sebastião (SP), que entraram com uma Ação de Manutenção de Posse contra dois fazendeiros, e os Kaingang que propuseram Ação de Reintegração de Posse e obtiveram a reintegração liminar da área. São os índios que, numa nova prática da sua autodeterminação, estão constituindo advogados para ingressar em juízo, em seu nome, já que sua tutora legal, a Funai, tem mostrado pouco interesse e eficiência nos recursos ao Judiciário. O Estatuto do Índio ampara esta atitude, quando diz no seu artigo 37, que "os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo".

2.2 As instituições

a) CNBB, Missões, Igreja local

O Cimi, que nasceu a pedido da própria CNBB, tinha com esta, nos seus primeiros cinco anos de funcionamento, relações mais informais do que jurídicas. Visava-se com isso ter um organismo mais flexível e livre, sem os embaraços com estruturas cujos limites e peso já eram sentidos em certas Missões, Prelazias ou Dioceses.

Como o Cimi sempre trabalhou por mudanças na linha de ação da Igreja missionária, surgiram conflitos internos com alguns setores que queriam continuar como sempre, mudar pouco ou mais devagar. A partir daí, surgiu a proposta de anexação do Cimi à CNBB, com a expectativa de se neutralizar sua ação. A Assembléia dos Bispos de 1977 abriu o caminho para que o Cimi pudesse funcionar como organismo anexo da CNBB, sem quebrar a sua caminhada, e com Estatutos próprios. Estes Estatutos, que datam de 23 de novembro de 1977, permitem ao Cimi uma estrutura participativa, ligada às bases missionárias. O presidente, vice-presidente e secretário do Cimi, por exemplo, são eleitos por sua Assembléia Nacional, composta por missionários leigos e religiosos, bispos e superiores religiosos. O mesmo ocorre com os coordenadores regionais. Atualmente o Cimi é estruturado em dez Regionais, que constituem, de fato, suas bases e sueforça. Os coordenadores regionais, junto com o Presidente, Vice-Présidente e Secretário, compõem a diretoria do Cimi, que se reúne quatro vezes do ano.

O Cimi, como organismo anexo à CNBB, participa das reuniões mensais da Comissão Episcopal de Pastoral e das Assembléias anuais

dos bispos. Esta presença fortaleceu a causa indígena dentro da Igreja.

Antes da 19.^a Assembléia Geral dos Bispos do Brasil (17-26/2/1981) houve um encontro de bispos que têm comunidades indígenas nas suas respectivas circunscrições. Na ocasião, o Cimi expos seu trabalho aos presentes. As conclusões deste encontro foram, com pequenas modificações, aprovadas pela 19.^a Assembléia Geral dos Bispos em cuja pauta houve também um tempo previsto para discutir "Problemas das Nações Indígenas e Ação Evangelizadora da Igreja". Na ocasião, o presidente do Cimi, Dom José Gomes, teve a oportunidade de expor à Assembléia a situação atual dos povos indígenas e a linha evangelizadora e pastoral do Cimi. Destaca-se como moção importante, assumida pela Assembléia Geral, a seguinte: "Que a CNBB escolha como tema da Campanha da Fraternidade de 1983 'O Índio, aquele que deve viver'; como lema: 'O Índio, nosso irmão'. Em substituição desta proposta, que não foi concretizada, porque houve proposta paralela com igual número de votos, surgiu a Semana do Índio, assumida conjuntamente pela CNBB e o Cimi.

A CNBB sempre levantou a sua voz quando os direitos dos povos indígenas ou da Igreja missionária foram lesados. A 29 de agosto de 1981, o Conselho Permanente protestou num comunicado sobre os "Direitos dos Povos Indígenas e da Igreja" contra a expulsão dos missionários na Paraíba, no Espírito Santo, no Acre, Pará e Amapá; protestou contra a redução das terras pataxó, xavante, tapirapê e tupiniquim, e contra a não-demarcação das terras dos Yanomami, Gorotire, Potiguar e Apurinã. No mesmo Comunicado, o Conselho Permanente afirma que "é a própria Igreja que define o conteúdo e que escolhe os ministros de sua ação evangelizadora. A Igreja não se recusa ao diálogo com os órgãos competentes, rechaça porém qualquer tentativa de converter sua missão numa assessoria ou cobertura de uma política indigenista oficial".

Em abril de 1982, a CNBB, por meio da Comissão Episcopal de Pastoral repudiou energicamente os critérios sanguíneos de indianidade elaborados pelo coronel Zanoni, e os qualificou de "racistas". Em várias outras ocasiões, o Cimi valeu-se do peso moral e institucional e dos canais de comunicação da CNBB. Com várias Missões e Dioceses, ainda não se conseguiu estabelecer relações de idêntica confiança. No conjunto das Igrejas locais, porém, constata-se uma sensibilização crescente com a causa dos índios. Falta, às vezes, converter esta sensibilização em medidas mais concretas, como a liberação de mais agentes para uma Pastoral específica junto aos índios, maiores esforços de inculturação pelo aprendizado da língua indígena, por exemplo, e a participação dos próprios índios nas decisões pastorais.

b) Entidades indigenistas e a UNI

A luta contra a falsa emancipação, a partir de 1977, fez surgir várias entidades em defesa da causa indígena, entre elas, as Associações de Apoio ao Índio (ANAI), Grupos de Estudo, Comissões Pró-Índio e o Centro de Trabalho Indigenista. Representantes das diversas categorias profissionais, desde advogados, cientistas, estudantes, trabalhadores e jornalistas passaram a se interessar pela existência e pelas lutas dos povos indígenas e a compreendê-las dentro da luta global de todos os explorados e marginalizados. A questão indígena converteu-se em fator de aglutinação de pessoas e grupos sensibilizados para o quadro de opressão e miséria de amplas camadas da população brasileira.

O Cimi procurou apoiar e caminhar junto com todos os grupos que oferecem uma contribuição efetiva - ou diretamente aos índios, na questão da autodeterminação, na defesa da terra, na valorização ou revitalização cultural, na sobrevivência física ou na recuperação da memória e consciência étnica; ou junto à sociedade nacional, através de programas de conscientização, divulgação, documentação ou pesquisas em benefício dos índios. O Cimi procurou sempre, quando tomou decisões importantes a respeito dos índios e que não eram do campo específico da Igreja, entrar em consonância com outras entidades de apoio à causa indígena.

Na Semana do Índio de 1980, em Campo Grande (MS), num I Seminário de Estudos Indigenistas, promovido pela Universidade e o Estado de Mato Grosso do Sul, com a presença de mais de sessenta índios de oito povos diferentes, surgiu a idéia de criar uma "Irmandade Indígena". Esta veio a constituir-se, a 7 de junho do mesmo ano, também em Campo Grande, sob a denominação União das Nações Indígenas - UNI. As dificuldades para organizar e representar os 200 mil índios, que vivem neste País, são imensas. A política indigenista oficial procurou, num primeiro tempo, proibir por caminhos jurídicos a organização dos índios. Depois procurou aliciar e corromper as lideranças da UNI. Isso criou desconfiança entre os próprios índios e no meio das entidades de apoio. Surgiram atritos também entre entidades e algumas lideranças que procuraram definir o papel destas entidades como o de uma "Funai melhorada". às vezes pareceu difícil equacionar as expectativas de alguns líderes indígenas - nem sempre ligados às lutas dos seus respectivos povos - com a possibilidade e a finalidade do Cimi. Nestes anos que se têm pela frente, o Cimi deve com muita atenção e generosidade dar todo apoio à consolidação da organização dos povos indígenas.

c) Articulação das alianças

A sobrevivência dos 200 mil índios junto à sociedade brasileira não pode ser pensada independentemente das condições de vida do povo marginalizado que compõe esta sociedade. A aliança que determina qualquer projeto de libertação da nossa sociedade é a aliança dos próprios oprimidos. O sofrimento une os povos indígenas com os lavradores, o sofrimento causado pela exploração econômica, pela dominação política e pela marginalização cultural e social. É necessário que os índios e os lavradores se juntem aos operários que, por seu grau de organização, são parceiros fundamentais numa aliança libertadora. A expulsão dos lavradores de Nonoai (RS) foi uma vitória conjunturalmente necessária, porém, sem caráter de "modelo" em nível estrutural. No Acre, o Cimi participou, na Semana do Índio em 1980, de um Comitê de Diálogo entre Índios e Posseiros para discutir o problema da invasão de colonos na área indígena dos Apurinã, no km 45 da BR-317. Do diálogo participaram líderes rurais, como Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC), líderes Apurinã, representantes do Cimi e da Pastoral da Terra e da Comissão Pró-Índio. Junto com um grupo de Trabalho da Funai, exigido pelos índios, conseguiram que não houvesse mortes entre índios e colonos armados. Poucos meses mais tarde, a 21 de julho de 1980, Wilson Pinheiro foi assassinado, na sede do sindicato de Brasiléia por jagunços dos fazendeiros, os únicos interessados nos conflitos entre famintos e mortos de fome. A unidade dos oprimidos não uniformiza a luta global de libertação, nem enfraquece as lutas específicas dos povos indígenas. A diversidade étnica também não divide a libertação dos marginalizados.

Junto aos operários pouco se fez nestes anos, a não ser uma ou outra contribuição aos programas dos partidos que representam a classe operária.

As Assembléias de líderes indígenas eram um primeiro e importante passo para a constituição de alianças étnicas. O Cimi procurou em nível regional, nacional e continental, dar todo apoio a estas alianças dos próprios índios, que historicamente, às vezes, eram até inimigos entre si. Sujeitos desta aliança, porém, são os povos indígenas que devem indicar rumo e ritmo da sua organização.

Todos os encontros mais importantes do Cimi foram realizados num espírito ecumênico e com a presença de representantes de outros credos. O ecumenismo prático da pastoral indigenista constrói a Igreja una, onde a unidade não uniformiza e a diversidade não divide.

O Grupo de Trabalho de Missionários Evangélicos (GTME), que coordena o trabalho de irmãos luteranos, metodistas e episcopais junto aos índios e lavradores, tornou-se um aliado importante na defesa do índio.

Nesta linha de articulação de alianças étnicas, ecumênicas e continentais, o encontro mais importante que o Cimi já realizou, foi a Consulta Ecumênica sobre Pastoral Indigenista na América Latina, em Brasília com 31 participantes de 14 países. Participaram desta Consulta, de 10 a 14 de maio de 83, 1 pastor batista Zapoteco, do México; um bispo metodista Aymara, da Bolívia, um Capuchinho Mapuche, do Chile; uma religiosa Quiché da Guatemala; o presidente do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, Índio Brunka de Costa Rica, entre outros. Participou da Consulta também o secretário da Associação dos Teólogos do Terceiro Mundo. Um fato novo é, que os teólogos latino-americanos se propuseram a refletir mais em sua teologia, as raízes deste continente, e reconstruir seu discurso teológico a partir dos povos indígenas. Esta Consulta, com tudo o que ela conseguiu concretamente encaminhar, marca a abertura definitiva do Cimi para a Ameríndia.

IV. Perspectivas: pela autodeterminação da Ameríndia

A participação dos Índios na Pastoral Indigenista, a unidade de atuação dos missionários e o conjunto da libertação da Ameríndia deverão marcar as futuras pautas do Cimi.

Para o Cimi será vital que haja no futuro, nas Assembléias, nos Conselhos e nas reuniões, uma participação mais decisiva dos próprios índios. O Cimi deve caminhar para o passo intermediário de ser um Conselho Indigenista e Indígena ao mesmo tempo. Um mero Conselho Indigenista Missionário começa a ser anacrônico. Tanto o "missionário", como o "indigenista" não correspondem mais isoladamente nem às exigências da hora, nem à atuação de fato do Cimi. Deve-se futuramente pensar num "Conselho de Pastoral junto aos Povos Indígenas", onde nós, os missionários, nos tornaríamos cada vez mais os assessores dos Índios. No fato de que os Índios nas Assembléias do Cimi são apenas admitidos como "assessores", há algo de colonialismo subjacente. A autodeterminação programada deve ser praticada através de uma progressiva participação dos Índios dentro da própria Igreja.

É importante que o Cimi não perca a unidade da sua atuação. Todos os seus membros não são somente responsáveis por "sua" região ou por "seus" Índios, mas pelo conjunto da causa indígena. Lutas regionais são, ao mesmo tempo, lutas de todos. A unidade de atuação pressupõe a unidade ideológica. Essa unidade ideológica não deve o Cimi levar a ser um grupo seletivo, restrito, de donos da verdade.

A amplitude do consenso ideológico é garantida pelos documentos do Vaticano II, de Medellín, Evangelii Nuntiandi, Puebla, pelos documentos assumidos nas Assembléias do Cimi e pela própria dinâmica da causa indígena. Cada companheiro que se engaja nesta causa, está sob o imperativo evangélico de conquistar mais "operários para a messe", de multiplicar os braços e ampliar o consenso nas bases.

A especificidade não separa a Pastoral Indigenista das outras pastorais. Deve-se, nos anos vindouros ainda mais reforçar as alianças com todas as forças dentro da Igreja, no Brasil e nas Américas, que visam uma transformação radical da sociedade e do sistema que considera os povos indígenas uma ameaça à sua segurança, um fator de distúrbio e um atraso do seu progresso. Pelas condições históricas privilegiadas que favoreceram o surgimento da Pastoral Indigenista dentro da Igreja do Brasil, o Cimi tem uma grande responsabilidade em dar a sua contribuição à reconstrução de toda Ameríndia, a partir e com os povos indígenas.

Brasília, 21 de julho de 1983

Secretariado Nacional do Cimi

CURSOS E ENCONTROS

99

Data	Cursos/Encontros	Local	nº de Part.
<u>1972</u>			
21-24/Abr.	III Encontro de Estudos-Pastoral da Amazonia	Brasília	29
11-17/Novº	IV Encontro de Estudos para Missionários	Brasília	29
<u>1973</u>			
11-17/Novº	Curso para Missionários	Brasília	28
<u>1976</u>			
12-28/Jul.	Curso sobre Pastoral Indigenista	Goiânia/GO	49
<u>1977</u>			
16-31/Janº	Curso sobre a situação dos Índios e Política Indigenista	Ijuí/RS	41
10-25/Jul.	III Curso sobre Indigenismo	Belém/PA	42
12-28/Jul.	Curso de Linguística	Cuiabá/MT	29
<u>1978</u>			
13-28/Janº	IV Curso de Indigenismo	Manaus/AM	43
21-23/Abr.	Encontro de Peritos sobre Saúde Indígena	Anápolis/GO	9
Maio/Jul.	1ª Etapa do Curso de Monitores Bilingue Xavante	Namuncurá/Reserva Indígena de S. Marcos	44
25-28/Jul.	Encontro de Consulta sobre Educação no meio indígena	Goiânia/GO	9
<u>1979</u>			
23-31/Janº	Curso de Indigenismo	Manaus/AM	32
24-30/Janº	Curso de Indigenismo (Cultura Guarani)	Dourados/MS	18
1-07/Fevº	Curso de Indigenismo	Dourados/MS	25
5-25/Mar.	Curso de Indigenismo e Linguística	Alcobaça/BA	35
Novº	Curso sobre Educação Indígena	Belém/PA	28

CURSOS E ENCONTROS (cont.)

Data	Cursos/Encontros	Local	nº de Part-
<u>1980</u>			
12-27/Janº	Curso de Indigenismo	São Luís/MA	25
24-30/Janº	Curso de Pastoral Indigenista	Manaus/AM	35
11-15/Fevº	Encontro de Past. Indigenista dos Países do Cone Sul	São Paulo/SP	25
7-22/Abr.	Curso de Guaraní	Foz do Iguaçu/PR	14
1-26/Mai.	Curso de Linguística	Belém/PA e Aldeia Karipuna/AP	5
5-07/Mai.	Curso de Pastoral Indigenista	Aquidauana/MS	28
18-23/Novº	II Encontro de Pastoral Indigenista-Panamazônico	Manaus/AM	36
<u>1981</u>			
15-30/Jan.	Curso de Pastoral Indigenista	Rio Branco/AC	30
1-20/Jun	Curso de Linguística	São Luís/MA	6
28-31/Jul.	II Encontro sobre Saúde Indígena	Cuiabá/MT	32
3-18/Ago.	Curso de Introdução à Linguística	Brasília/DF	24
9-12/Setº	I Encontro sobre Projetos Econômicos		
	. para indígenas	Brasília/DF	13
13-18/Setº	. para missionários	Brasília/DF	16
<u>1982</u>			
23-26/Fevº	Curso para Prof. de Área Indígena	Diapoque/AP	18
5-20/Mar.	Curso para Agentes de Saúde (missionários)	Ceres/GO	8
3-08/Ago.	Curso para Atendentes de Saúde Indígena	Barranco Vermelho/MT	11
9-10/Dez.	Encontro p/ preparação de Cursos para Índios	Goiás/GO	7
<u>1983</u>			
7-22/Fevº	Curso de Introdução à Linguística	Itacoatiara/AM	22

1983

Para iniciar o trabalho de estruturação da Assessoria Jurídica do CIMI, consequência da necessidade que a causa indígena já vinha tendo, e cujo histórico nos reportamos ao relatório do Secretariado Nacional, no segundo semestre de 1982 foi contratado um advogado.

De início, a Assessoria Jurídica pesquisou as jurisprudências de mais fácil acesso no Tribunal Federal de Recursos e no Supremo Tribunal Federal.

Posteriormente encaminhamos, a 23.02.83, correspondência a cada Regional do CIMI, enfatizando a importância de terem advogados da própria região para assessorá-los juridicamente, pois facilitaria inclusive o acesso às áreas indígenas. Atualmente, dos dez Regionais, sete já têm assessores jurídicos.

Paralelamente à coleta de jurisprudências, estamos reunindo atos normativos pertinentes à questão indígena, tais como Portarias, Decretos, Exposições de Motivo, além de trabalhos que analisem ou historicem a evolução da legislação indígena no Brasil e em outros países.

Contatos com advogados que igualmente vêm se preocupando com a questão indígena, têm sido feitos, visando uma troca de experiência no campo do Direito Indígena. Ressalte-se neste ponto, a atenção que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, vem dando à questão indígena, formando um "Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas" e que em agosto próximo iniciará seus trabalhos.

Dentre os vários casos envolvendo os índios no Brasil, podemos indicar os seguintes que a Assessoria Jurídica vem acompanhando:

1- Kaingang (RS)- Proposta a Ação de Reintegração de Posse, obtendo a reintegração liminar da área, estando agora o processo em fase de instrução;

2- Pataxó Hã-Hã-Hãe (BA)- Impetrada ação de Mandado de Segurança contra ato do Presidente da Funai que determinou a transferência da parte da Comunidade para o Centro Experimental de Almada. Conseguiu-se a impugnação liminar do ato que os transferiu embora cinco dias após, tenha sido cassada pelo Tribunal Federal de Recursos. Os índios porém, já estavam retornando, ficando inócua a referida cassação da liminar.

Ainda quanto aos Pataxó Hã-Hã-Hãe, temos acompanhado o processo criminal que está para iniciar-se com a denúncia do Promotor de Camacã (BA), que poderá solicitar a punição de Higino, Francisco e Domingos, índios acusados de terem assassinado o então cacique da Comunidade, o índio Edízio. Possivelmente somente em relação ao primeiro será formulada a denúncia. Neste caso, tivemos oportunidade de constatar in loco o estado de penúria e opressão a que a Comunidade Indígena está envolvida.

3- Karajá (MT) - Atendendo solicitação dos índios Karajá do município de Luciera (MT) que estavam recebendo de um fazendeiro uma área, que já lhes pertencia de tempos imemoriais, foi realizado um trabalho de assessoria jurídica, uma vez que o fato já estava tendo repercussões políticas.

4- Sateré/Maué (AM) - Ação indenizatória contra Elf-Aquitaine contra (multinacional sediada na França).

5- Índia Everon Kayabí - Notificação à Procuradoria geral do Distrito Federal e Territórios, para que as devidas providências fossem adotadas em decorrência da laqueadura tubária feita na referida Índia, em um Hospital de Brasília, com criminosa omissão da Funai. Embora a ação judicial não tenha tido êxito, convém ressaltar o apoio que o Sindicato dos Médicos deu a esta iniciativa.

6- Estrada do Parque Nacional do Araguaia e Parque Indígena do Araguaia (MT)- a construção desta estrada está merecendo especial atenção desta assessoria, uma vez que atingirá ambos os parques, além das aldeias Karajá e Javaé, sendo uma obra totalmente ilegal.

7- Dec. nº 88.118 (23/2/83) - que coloca praticamente nas mãos dos órgãos de Segurança Nacional a questão da demarcação das terras indígenas, está sendo objeto de constante preocupação desta Assessoria.

Enfim, uma Assessoria Jurídica, na medida em que cada vez mais estruturada, poderá com o tempo formular alternativas no ordenamento jurídico vigente, interpretar criticamente a legislação atual e esclarecer todos os direitos do índio. No entanto, embora a importância seja clara para todos, achamos oportuno lembrar que a exemplo do Cimi Nacional, a Assessoria Jurídica só vingará na medida em que cada Regional contar com seus próprios quadros.

ATIVIDADES REALIZADAS PELO SERVIÇO DE SAÚDE

1982

Ago. 03/08 Curso de Enfermagem para atendentes Indígenas.

Local: Aldeia Barranco Vermelho - Rikbaktsa/MT.

Objetivo: Capacitar os atendentes a fazer um levantamento das doenças mais frequentes e como tratá-las com recursos disponíveis.

Participantes: 13 atendentes indígenas das aldeias de Rikbaktsa, Paresí, Iranxe e Nambikuara (relatório já enviado aos Regionais).

1983

Mar. 04/15 Visita ao Regional CIMI-SUL

Finalidade: Refletir com a Equipe Regional a situação de saúde das áreas e alguns casos em especial, como a situação dos Guaranís transferidos da reserva em decorrência do Lago de Itaipu.

- Visita à Missão Luterana de Guarita.

Mar. 22/26 Participação na reunião do Conselho do CIMI em Goiás Velho.

Finalidade: Entrar em contato com os coordenadores regionais, para uma primeira programação.

Mar. 27 Visita ao Regional CIMI-MT.

Abr. 16

Finalidade: Visitar a Aldeia Mynky para estudo e ajuda na solução de alguns problemas de saúde.

- Participação do "Encontro de Estudo sobre Medicina Indígena" na Aldeia da Curva-Rikbaktsa (Relatório já enviado aos Regionais).

Abr. 19/25 Participação nas atividades referentes à Semana do Índio em Brasília.

Mai. 01/14 Viagem ao Regional CIMI-AC.

Finalidade: Organizar e realizar o Encontro de Estudos para a formação de atendentes Indígenas das áreas: Kaxinawá, Katukina, Yaminawá, Mantineri e Apurinã (Relatório já enviado aos Regionais).

Mai. 28 Reunião da Equipe de Assessoria de Saúde do Cimi em Dou-
rados: Dr. Antonio José de Araújo, Silvia Bonotto, Marçal
de Souza-Guarani- e Rosirene Nascimento (comunicado en-
tregue na Assembléia Geral do CIMI - Julho/83).

Jun. 01/05 Visita a aldeia Kayová.

Finalidade: Entrar em contato com a realidade local para poder aju-
dar no planejamento do trabalho de Saúde da área.

Jun. 10/13 Participação na Assembléia do Regional MS - em Aquidaua-
na.

Jun. 27/29 Ceres.

Finalidade: Contato com Dr. Antonio, da Assessoria de Saúde - CIMI.
Contato com Dr. Tadeu para combinar possível ajuda ao Re-
gional AC.

Jul. 05/10 Utiariti- MT

Finalidade: - Participar do Encontro sobre Ervas Medicinais Indíge-
nas do Cerrado.

Jul. 19/24 Fátima de São Lourenço-MT.

Finalidade: Participação na Assembléia Regional - CIMI MT.

1ª REUNIÃO DA EQUIPE DE ASSESSORIA DE SAÚDE - CIMI

DOURADOS - MS - 28 de maio de 1983

COMUNICADO AOS REGIONAIS

SAÚDE INDÍGENA é um tema que sempre tem aparecido em Assembléias Regionais e Nacional como uma preocupação entre os missionários e entre os Indígenas.

Em 1978 - no Primeiro Encontro de Saúde Indígena - foram traçadas várias linhas de ação. Entre elas estava a criação de uma "Equipe de Assessoria de Saúde a nível nacional" (pág. 3, relatório do Iº Encontro sobre Saúde Indígena, Goiânia, 1978).

No Segundo Encontro sobre Saúde Indígena, foi sugerida a formação de Equipes de Assessoria a nível Regional e Nacional. E nesta reunião foram eleitos os nomes das pessoas que participariam desta Equipe a nível nacional (Anexo 5 - Relatório do II Encontro sobre Saúde Indígena, Cuiabá, 1981).

Estas proposições bem como os nomes indicados, foram aprovados em reuniões posteriores do Conselho do CIMI.

Em sua primeira reunião geral, a Equipe de Assessoria de Saúde do CIMI - dia 28 de maio de 1983, em Dourados, MS, se propõe a:

- Visitar todos os Regionais e se possível, estar presentes às suas Assembléias, com a finalidade de articular os trabalhos de Saúde e favorecer a formação das Equipes Regionais. Para isso, conta com uma pessoa liberada em tempo integral: Rosirene Nascimento.

- Colaborar, a nível Regional, na organização e realização de encontros de formação de Agentes Indígenas e Agentes de Pastoral para a área de Saúde. Participar e colaborar também nos encontros de reflexão dos problemas de Saúde nas áreas.

- Colaborar na fundamentação das denúncias que os Regionais queiram encaminhar à imprensa e/ou aos Órgãos Oficiais competentes. Estiveram presentes à reunião:

- Sílvia Bonotto (Agente de Saúde - Aldeia Karajá-MT)
- Antonio José de Araújo (Médico - Ceres - GO)
- Marçal de Souza (Atendente de Saúde - Aldeia Campestre Índio Guarani-MS)
- Rosirene Nascimento (Sanitarista - elemento liberado da Equipe)
- Lúcia Scalabrin Bran (Enfermeira CIMI-MS) convidada

Dourados, 28/05/83